

## HISTÓRIA E GENEALOGIA DOS MUNICÍPIOS PAULISTAS

*Vera Helena Bressan Zveibil*

*“Nascer em São Paulo é uma circunstância.  
Ser paulista é um estado de espírito.”  
João Mellão Neto*

**Resumo:** *Notícia sobre o livro História e Genealogia dos Municípios Paulistas (título provisório) a ser lançado em breve.*

**Abstract:** *News about the book “Historia e Genealogia dos Municipios Paulistas” (temporary title) to be released soon.*

Pesquisando a História e a Genealogia da família de nossa avó materna (1) deparamo-nos com documentos que citam locais não encontráveis nos mapas atuais. A máxima perplexidade se deu com o registro de batismo de uma 4<sup>a</sup> avó indicando o local de seu nascimento na Aldeia dos Carijós. Como descobrir qual aldeia era essa dentre as inúmeras que devem ter existido? A identificação da localidade, a atual Conselheiro Lafaiete, MG, foi possível graças ao excelente trabalho de Waldemar de Almeida Barbosa (2) imbatível nas questões relativas a Minas Gerais. Com os problemas mineiros solucionados e os brios paulistas profundamente feridos, afinal vários outros estados têm seus dicionários, resolvemos coletar informações sobre os nossos 645 municípios. O trabalho, em fase de conclusão, é assim composto:

### ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

A área territorial estadual (3), somatória de suas unidades básicas que são os municípios, sofre modificações para atender ao desenvolvimento das localidades, aprimorar a arrecadação de impostos e/ou estabelecer novas influências políticas. A última grande febre autonomista ocorreu após a promulgação da Constituição de 1988 que outorgou aos Estados o direito de legislar sobre o assunto, e que durou até 1996 (tabela 1). A calma que temos vivido desde então

se deve a uma emenda constitucional que endurece as exigências para os novos pretendentes e que, para entrar em vigor, depende da assinatura do Presidente da República, o qual, por motivos orçamentários, prefere manter a lei e a caneta esquecidas na gaveta.

Diferentemente do resto do país que tem no IBGE o seu órgão supremo, a palavra final sobre a divisão territorial paulista é do Instituto Geográfico e Cartográfico (IGC), pertencente à Secretaria de Economia e Planejamento do Estado de São Paulo, responsável pela análise de viabilidade dos postulantes a município, a partir de solicitação encaminhada pela Assembléia Legislativa. O IGC publicou um importante levantamento da organização do quadro territorial e administrativo paulista (4) ao qual acrescentamos modificações que o estudo mais aprofundado da história de algumas localidades exigiu. Os distritos, último estágio antes de se tornarem municípios, a partir de 1995 passaram a ser regidos por leis municipais, sem a interferência estadual, antes representada pelo IGC. Via de regra, as prefeituras municipais não se preocupam com o assunto, gerando situações confusas como a dos distritos extintos “de boca”; dos extintos por leis do judiciário; dos criados sem delimitação de área; medidas que talvez visem desestimular idéias emancipacionistas de distritos ricos e que representariam indesejáveis quedas de arrecadação do distrito sede.

### **DISTRITOS POLICIAIS**

A organização policial de São Paulo somente se verificou a partir de lei de 1842 que estabeleceu a criação de uma subdelegacia com um subdelegado em todas as freguesias e capelas curadas da província, posteriormente denominadas “distritos policiais”. Em alguns casos são o primeiro registro da existência de um povoado e parece que somente o incansável Antonio Paulino de Almeida, quando diretor do Arquivo do Estado, se preocupou em listá-los (5).

### **ORGANIZAÇÃO ECLESIAÍSTICA**

A mesma necessidade de fracionamento territorial da área administrativa ocorre na esfera religiosa e, em muitos casos, os limites físicos das paróquias seguem os mesmos dos distritos e municípios. A ligação siamesa entre Estado e Igreja que perdurou até a proclamação da República, determinou a utilização da estrutura eclesiástica para o registro civil da população e das propriedades fundiárias, documentos extremamente importantes que, muitas vezes, não foram valorizados e cuidados como mereciam. O Estado de São Paulo está subdividido em 2.132 paróquias, agrupadas em 35 dioceses e 6 arquidioceses e o banco de dados do Anuário Católico (6) foi de grande valia, mesmo sem ter a preocupação em apresentar um histórico das paróquias.

## **ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA**

Tornar-se sede de comarca é o sonho de dez entre dez municípios, pois com a autonomia judiciária vêm os benefícios econômicos e políticos. Nas sedes das comarcas encontramos os arquivos legais, alvos de vandalismo ou das famosas “queimas de arquivos”, devido ao pouco cuidado que a maioria recebe. A melhor compilação sobre a criação e desmembramentos de comarcas, assunto dinâmico e alvo de constante aprimoramento, foi feita por Cleto Marinho de Carvalho (7).

## **MUNICÍPIOS ORIGINAIS**

Uma questão bastante curiosa que se coloca num enfoque genealógico é saber quem representaria o “pai de todos” os municípios paulistas. Um estudo feito pelo IGC (8) concluiu que os municípios para os quais não há qualquer tipo de documento estabelecendo vínculo territorial ou administrativo com outro anterior são sete: São Vicente, São Paulo, Iguape, Cananéia, Mogi das Cruzes, Ubatuba e Taubaté.

## **MUNICÍPIOS EXTINTOS**

Alguns municípios e distritos foram extintos sem praticamente deixar rastro, apesar de neles terem nascido, vivido e morrido seres humanos que constituíram uma comunidade. Um exemplo interessante é o de Espírito Santo da Fortaleza: município criado em 1887, retornou à condição de distrito em 1896 com a transferência da sede para Bauru, foi extinto em 1910 e praticamente nem ruínas restaram, pois sua área foi ocupada por um grande reflorestamento. Para sorte da História, Fortaleza foi salva do esquecimento com a preservação de seus livros pelo dedicado e abnegado pesquisador Gabriel Ruiz Pelegrina, que empresta o nome ao Núcleo de Documentação e Pesquisa Histórica de Bauru e Região (NUPHIS), em Bauru.

## **TOPONÍMIA**

Muitas cidades paulistas, mesmo as de fundação recente, mudaram muito de nome, às vezes sem qualquer semelhança com a escolha inicial dos fundadores. Todas as mudanças serão relacionadas e através de remissões será possível identificar, por exemplo, Nossa Senhora Aparecida, depois chamada Neves, em seguida Iboti e atualmente Neves Paulista.

Nas reorganizações territoriais ocorridas durante o Estado Novo foi exigido que: as localidades homônimas mudassem de nome, as com nomes mui-

to compridos fossem simplificadas, ou a mudança radical com a adoção de palavras indígenas (por exemplo: Boa Esperança acrescentou “do Sul” para se diferenciar da homônima mineira, Lençóis passou a Ubirama e depois a Lençóis Paulista, e a poética Prainha virou Miracatu). Também municípios insatisfeitos com modificações anteriores conseguiram, mesmo contrariando o espírito da lei, utilizar seus nomes tradicionais, caso de São Jose do Rio Preto que passara a Rio Preto e conseguiu a restauração de seu longo nome original. Foi a época em que uma grande quantidade de palavras pretensamente indígenas foram cunhadas, algumas dissociadas das características locais ou, pura e simplesmente, erradas como Ribeirão Claro que foi traduzida para Iacanga que quer dizer “nascente”. Permanecendo no “espinhoso” território do significado das palavras indígenas, utilizamos preferencialmente as traduções mais de acordo com as características do local (os indígenas eram bastante práticos e diretos ao nomear as coisas) ou com o uso consagrado pela comunidade. Definir o grupo lingüístico ou a exata tradução exigiria uma análise antropológica não cabível dentro da abordagem proposta, assim priorizamos o termo “indígena” para englobar os casos duvidosos.

Os nomes dos padroeiros das capelas ou rios próximos ao povoado representam um manancial de confusões. Explico: apesar do extenso panteão de santos que compõem a corte celestial, a preferência por Nossa Senhora da Conceição e por sua versão Aparecida, reinam na ala feminina, enquanto Santo Antonio e São José dominaram a masculina. Mais que padroeira, à Nossa Senhora da Conceição foi dedicado o reino de Portugal por D. João IV, em 1646. D. Pedro I proclamou-a padroeira do império brasileiro, assim permanecendo até 1930 quando cedeu o lugar a Nossa Senhora Aparecida, proclamada Rainha e Padroeira do Brasil (9). Nascido em Portugal onde foi chamado “de Lisboa” e com carreira na Itália onde ficou conhecido como “de Pádua” (10), Santo Antonio resolveu os problemas devocionais dos portugueses sem sofrer solução de continuidade com a chegada maciça dos imigrantes italianos, todos devotos do mesmo santo. São José também veio prestigiado de Portugal e, achando terreno propício, tornou-se o nome próprio mais utilizado no país.

Quanto aos rios e ribeirões, eles respondem por mais confusão do que ajuda, pois são sempre claros/escuros, bonitos/feios, grandes/pequenos, brancos/pretos, ou qualquer outra identificação básica.

Finalizando, porém sem esgotar o assunto, chegamos à grafia dos nomes de alguns municípios e suas disputas históricas, como o caso das três Mogis: Mogi das Cruzes, a mais antiga, que se recusou a escrever seu nome com “j” como exigia a normatização elaborada para as palavras indígenas; Moji Mirim, que apesar de bastante antiga, aceitou a nova grafia; e Mogi Guaçu que optou pela terceira via, manteve o “g” tradicional de Mogi e adotou a mudança para “ç” no Guaçu. São Luiz com “z” ou São Luis com “s” em Paraitinga? Depende:

para as comunicações estaduais é com “s” e para as municipais é com “z”. O IGC desconsiderou as letras “k”, “w”, “y”, causa de grande briga com Brodosqui que lutou para conseguir a restauração do original Brodowski e precisou até da intervenção do cônsul da Polônia. O IBGE, mais flexível, aceitou mais rapidamente as mudanças aprovadas por leis municipais.

### **INFORMAÇÕES DIVERSAS**

Para melhor localizar o município no contexto estadual relacionamos: população, com a projeção do IBGE a partir do Censo 2000; distância da sede municipal à capital do estado utilizando a malha rodoviária existente; região administrativa, segundo a divisão em 15 regiões (11) adotada no governo Franco Montoro (1983-1987); e site na internet, que permite o acesso aos dados atuais, informações de turismo e serviços.

### **HISTÓRICO**

O resumo histórico que acompanha cada verbete se destina a contar como e por quê surgiram os povoados e as mudanças sociais, econômicas e políticas que possibilitaram o seu desenvolvimento. Existem coletâneas como a Enciclopédia do IBGE (12) que em seus 36 volumes relaciona os municípios brasileiros com dados estatísticos, fotos e histórico, apresentando este último uma qualidade desigual, pois, em alguns casos, foi encomendado a pessoas que não se preocuparam com o embasamento documental. Diferentes governos paulistas elaboraram livros para divulgar São Paulo e os políticos amigos (nem sempre nesta ordem), onde também publicaram pequenos históricos. A Fundação Seade (13) e a biblioteca virtual do IBGE (14) não se preocuparam em aprofundar ou corrigir os históricos que utilizam, limitando-se a meros repetidores dos textos mais facilmente encontráveis.

Necessitando tirar a limpo uma infinidade de "fatos históricos", foram de grande ajuda bibliotecários e historiadores que, dedicados à história de sua cidade, não medem esforços na busca de todo e qualquer registro, objeto ou foto que testemunhem a existência de sua comunidade. Os leitores sentirão falta de esclarecimentos sobre o nosso passado indígena, mas o foco do livro está na produção documental gerada a partir da ocupação portuguesa.

### **BIBLIOGRAFIA**

O Estado de São Paulo com toda a sua riqueza ainda é bastante provinciano em pesquisa histórica, talvez pelo costume de somente olhar para a frente e ser a locomotiva do país, sem tempo para coisas do passado. Apesar disso, um

significativo número de municípios possui bem fundamentados trabalhos feitos por gente competente, mantidos praticamente inéditos pelas pequenas tiragens. E podem acreditar, existem cidades que não têm nada a contar e parecem não estar minimamente preocupadas com isso. Quando houve escolha, optamos pelos trabalhos mais bem fundamentados, mas muitas vezes tivemos que nos contentar com uma única, singela ou minguada fonte.

Ao final do verbete citaremos o material consultado para quem quiser aprofundar a pesquisa e que resultará em inédito levantamento bibliográfico sobre os municípios. O material de pesquisa comprado ou ganho ao longo destes anos será entregue ao Instituto de Estudos Brasileiros (IEB) da Universidade de São Paulo, guardião de uma das melhores bibliotecas sobre assuntos paulistas. Não é nossa intenção possuir a maior coleção secreta de livros sobre os municípios e sim disponibilizá-la aos interessados que não necessitarão bater de porta em porta atrás de informações como temos feito diariamente.

### **BENS TOMBADOS**

Constituem-se em importante acervo cultural e histórico dos municípios, criados pelos governos federal, estadual ou municipal, apesar de que em muitos casos a palavra “tombamento” seja utilizada apenas no sentido literal. Os tombamentos efetuados pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico de Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) foram reunidos em livro (15), iniciativa que poderia ser seguida pelas demais instâncias.

### **FILHOS FAMOSOS**

Ao conhecermos a luta pela sobrevivência de tantas pessoas em povoados rústicos, perigosos e ermos, descobrimos gente de incansável dedicação ao bem comum. Sem espaço para contar as muitas histórias de heroísmos vividos cotidianamente, optamos pelos cidadãos que, nascidos na cidade, conseguiram projeção estadual ou federal, mesmo com carreiras desenvolvidas fora de sua terra natal. Buscamos com isso ilustrar o verbete e aproveitamos para pedir desculpas àqueles valorosos pioneiros que não serão citados.

### **CONSIDERAÇÕES GERAIS**

Fundador: a glória pela fundação de uma cidade desperta sentimentos variados: orgulho, quando se trata de pessoa socialmente destacada; indiferença, se o passado é obscuro; rivalidade, com disputas que se arrastam até os dias de hoje, enfim, reações esperadas na espécie a qual pertencemos. Consideramos

como fundador quem teve a idéia da fundação e procuramos apontar quais foram os seus motivos: generosos ou individualistas, devoção a um santo, pagamento de promessa, regulamentação de posse, valorização de glebas, assentamento de pequenos proprietários, etc. Levamos em conta os valores da época de fundação quando, por exemplo, os pioneiros eram chamados de “bandeirantes modernos” e seus méritos exaltados a cada índio morto e a cada árvore derrubada, crimes inafiançáveis nos dias de hoje.

Data de fundação: cada município escolheu para comemorar a data que considerou como a mais representativa de sua história: provisões eclesiásticas de ereção, benção, elevação a curato ou freguesia; doação para formação do patrimônio da igreja e/ou do povoado; inauguração da estação ferroviária; assinatura da lei de criação do município, ou sua efetiva implantação; plebiscito pela emancipação; tradição; ou até mesmo a perpetuação de erros históricos.

Religiões e cemitérios: pode parecer discriminatório as poucas vezes em que outras religiões são citadas, mas o predomínio do catolicismo determinou de forma inequívoca o desenvolvimento de um arraial com a capelinha funcionando como o centro da vida do povoado. Outro item primordial em qualquer agrupamento social é a delimitação de um local para se enterrar os mortos, iniciativa religiosa, depois encampada pela municipalidade, mas que por falta de espaço também foi raramente citado.

Características de fundação: não são muito variadas: capela, estação ferroviária, pouso de tropeiros, colônias para imigrantes, etc., resultando em histórias bastante semelhantes e aparentemente repetidas.

Economia: o nosso Estado já viveu intensamente diferentes ciclos econômicos que moldaram sua feição de forma que parecia definitiva, mas que na verdade modificou-se com espantosa rapidez em nossa curta história de vida. Áreas que já foram de canaviais, cafezais, pastagens, laranjais estão em acelerada transformação novamente para canaviais, o ciclo do momento, ameaçando não deixar espaço nem para as tradicionais moitas de erva-cidreira ou canteirinhos de temperos. O ciclo das ferrovias determinou o nascimento ou morte de diversas cidades, depois substituído pelas rodovias, num dinamismo estonteante.

## EXEMPLO

São José do Rio Pardo

Área: 407 km<sup>2</sup>.

População: 50.077 habitantes.

Distância: 260 km da capital.

Ata de 04-ABR-1865 funda a Capela de São Jose do Rio Pardo no município de Caconde.

Provisão de 30-OUT-1875 cria a capela curada no município de Casa Branca. 1º cura: João da Fonseca Melo.

Lei nº 40 de 08-MAIO-1877 transfere o povoado para o município de Caconde.

Ato de 15-JUN-1877 cria o distrito policial.

Lei nº 70 de 14-ABR-1880 cria a freguesia no município de Casa Branca.

Provisão de 01-FEV-1881 cria a paróquia. 1º pároco: José Cantan Lisa.

Lei nº 49 de 20-MAR-1885 cria a vila.

Decreto nº131 de 09-JAN-1890 cria o termo na comarca de Casa Branca.

Decreto nº 179 de 29-MAIO-1891 recebe foros de cidade com a denominação de Cidade Livre do Rio Pardo.

Decreto nº 207 de 06-JUN-1891 volta a se chamar São José do Rio Pardo.

Lei nº 80 de 25-AGO-1892 cria a comarca desmembrada de Casa Branca. 1º juiz de direito: Eliseu Guilherme Christiano e 1º promotor público: Geraldo Leite de Magalhães Gomes.

Pertence a Região Administrativa de Campinas e Diocese de São João da Boa Vista.

[www.saojoseonline.com.br](http://www.saojoseonline.com.br)

O português Alexandre Luis de Melo veio de Minas Gerais com seu clã, por volta de 1814, instalou-se no vale do Rio Pardo e, em 06-JUN-1821, recebeu carta de sesmaria de uma grande propriedade onde abriu várias fazendas. Outros agricultores também vieram, entre os quais Francisco de Assis Nogueira que adquiriu do Capitão Alexandre Luis de Melo a Fazenda Pião do Rio Pardo em cuja capela eram celebradas missas após a licença obtida em 1858. Parece que Francisco de Assis Nogueira, cujo filho homônimo fundou a cidade de Assis, foi o responsável pela divulgação entre familiares e amigos residentes na região de Baependi, MG, das excelentes qualidades das terras rio-pardenses. Entre estes estava o fundador de São José do Rio Pardo, Coronel Antonio Marçal Nogueira de Barros (1828-?), que se estabeleceu na Fazenda Becerábia em 1863. Ali ele reuniu os vizinhos para deliberarem sobre o erguimento de uma capela, compra de seus apetrechos e a doação de terras para o seu patrimônio, tudo registrado em ata de 04-ABR-1865, atestado de nascimento da cidade. O 1º alqueire já havia sido doado antes da reunião por João José de Souza e as demais doações, relativas a uma área de pasto na antiga Fazenda da Laje, foram feitas por Antonio Marçal, José Teodoro Nogueira de Noronha, Cândido de Faria Moraes e Cândido de Miranda Noronha. Após a regularização do patrimônio, o Bispado de São Paulo deu autorização para a construção da capela em 1870, a qual foi benta em 1873 e cuja 1ª missa foi rezada no dia do padroeiro, 19-MAR-1874, pelo padre João da Fonseca de Melo. A nova matriz, projetada em estilo gótico pelo arquite-



to Ramos de Azevedo foi terminada em 1893 e ao ficar pequena para a cidade foi demolida e substituída pela matriz atual, inaugurada em 1964.

Outro mineiro de Baependi, o ex-presidente da Província de Minas Gerais, Dr. José da Costa Machado e Souza, veio em 1877 residir na Fazenda Água Fria de seu sogro, Manoel Pinto de Souza. Em terras contíguas a esta formou a Fazenda Vila Costina e com o capital amealhado por ele e por um grupo de cafeicultores, construiu o Ramal Férreo do Rio Pardo, inaugurado em 1887 e no ano seguinte encampado pela Companhia Mogiana de Estradas de Ferro. A produção de café das excelentes terras daquela região, após a abolição da escravatura, exigiu maciça contratação de mão-de-obra, principalmente italiana, a qual imprimiu suas características na vida e nos costumes locais. Um fato ocorrido três meses antes da Proclamação da República levou o nome da cidade às manchetes do país: em agosto de 1889 o Hotel Brasil de propriedade do republicano Ananias Barbosa foi atacado pela polícia após uma reunião em homenagem a Francisco Glicério, candidato do Partido Republicano a deputado geral por São Paulo. No dia seguinte, os republicanos revidaram com a prisão do subdelegado de polícia e do chefe liberal, apoderaram-se do edifício da Câmara e Cadeia e proclamaram a República ao som da Marselhesa. A cidade foi retomada por tropas vindas de São Paulo, mas o feito foi imortalizado com a mudança de seu nome para “Cidade Livre do Rio Pardo” que vigorou por apenas oito dias, pois os rio-pardenses preferiram manter a denominação original e tradicional de sua terra.

A pequena São José foi marcada pela construção, em 1897, de uma ponte metálica sobre o rio Pardo destinada a escoar de forma eficiente as safras de café, mas que ruiu um mês depois de inaugurada, após um período de fortes chuvas. Este desastre acarretou a vinda do engenheiro-fiscal da Superintendência de Obras do Estado de São Paulo, Euclides de Cunha, para supervisionar pessoalmente a reconstrução da ponte e que ficou morando na cidade por três anos (1898-1901). Nessa época ele escreveu sua obra-prima “Os Sertões” e, a partir de 1912, passaram a ser cultuados, autor e obra, com festejos e maratonas culturais durante a “Semana Euclidiana”, celebrada em agosto, mês de sua morte ocorrida em 1909. Em 1982 seus restos mortais e de seu filho “Quidinho” foram trasladados do Rio de Janeiro para o grande mausoléu construído especialmente para recebê-lo no Recanto Euclidiano.

Rio-pardenses famosos:

Américo EMILIO ROMI (1896-1959) mecânico de automóveis cuja oficina em Santa Bárbara d’Oeste transformou-se em fábrica de tornos e, em 1956, nas Indústrias Romi que lançaram o primeiro carro brasileiro, o Romi-Isetta.

NUNO COBRA Ribeiro (1938) professor de Educação Física, preparador físico do piloto de Fórmula 1 Ayrton Senna, escritor.

ZULAIÊ COBRA Ribeiro (1943) irmã de Nuno, advogada pela PUC-SP, 1ª mulher Conselheira da OAB-SP (1983-1985), deputada federal (1995-2007).

HELIO Henrique Pereira NAVARRO (1941-2002) deputado federal (1966-1968), cassado e preso, conseguiu denunciar o que ocorria nos porões da ditadura. Depois de libertado atuou como defensor de presos políticos.

D. ORANI João Tempesta (1950), ordenado padre cisterciense em 1974, bispo de São José do Rio Preto (1997), arcebispo de Belém, PA (2004).

Antonio José RONDINELLI Tobias (1955) zagueiro central do Flamengo, campeão carioca (1974/1978/1979) e brasileiro (1980), apelidado de “O Deus da Raça” está imortalizado na calçada da fama do Estádio do Maracanã, RJ.

Bens tombados:

Cabana de sarrafos e folhas de zinco erguida para abrigar o engenheiro Euclides da Cunha enquanto administrava a obra de reconstrução da ponte metálica e local onde escreveu “Os Sertões”.

Sobrado onde viveu Euclides da Cunha e família na Rua Marechal Floriano Peixoto (atual museu “Casa Euclidiana”).

Ponte Metálica sobre o rio Pardo, reconstruída por Euclides da Cunha e inaugurada em 1901.

Casa da Câmara e Cadeia (atual Museu Rio-Pardense “Arsenio Frigo”), construída em 1886 e tombada por lei municipal.

**GUERRA, Rodolpho José Del. São Jose do Rio Pardo: historia que muitos fizeram.** São Jose do Rio Pardo: Centro Cultural Italo-Brasileiro, 1997.

## EXPLICAÇÕES

A 1ª parte é a “ficha técnica” com informações em seqüência cronológica que vão do povoado, freguesia/distrito, vila/município, comarca, até bispado. A omissão do nome da localidade significa a permanência da informação apontada no item anterior. A 2ª parte reúne o histórico, filhos famosos e bens tombados que juntos compõem o perfil histórico. O espaço disponibilizado para cada município é reduzido, exigindo texto enxuto para que se consiga reunir em um único volume este conjunto de dados, difíceis de conseguir na São Paulo que “não pode parar” e que paradoxalmente não se move em várias horas do dia. Esperamos poder ser úteis a historiadores, pesquisadores e, por que não, estimular os leitores a conhecerem o nosso maravilhoso Estado de São Paulo.

## PESQUISA

As agruras e as delícias do trabalho de pesquisa, como bem sabem os leitores da Revista da ASBRAP, dariam saborosos relatos, viés ainda pouco explorado pela literatura. Atire a primeira pedra aquele que nunca recebeu, por vias totalmente inesperadas, uma informação crucial para a continuação ou o êxito de sua pesquisa; ou aquele que nunca se viu enredado nas diferenças irreconciliáveis entre o “Tempo” do interior e da capital; e aquele livro importante, exemplar único, que sumiu da biblioteca? Pecados veniais se comparados à incineração de documentos perpetrada em igrejas, prefeituras e câmaras municipais, cansadas de tanto papel velho, ansiosas por espaço e limpeza! Manter arquivos, bibliotecas e museus nas sedes municipais não custa tão caro, ainda mais se analisarmos o ganho de auto-estima e patriotismo dos munícipes, e de brinde, o aumento de prestígio para os políticos locais.

## AGRADECIMENTOS

Quantas pequenas e grandes informações foram disponibilizadas por colaboradores que espontânea e generosamente adotaram nossa pesquisa. Difícil nomear cada um, mas todos merecedores de um enorme e caloroso OBRIGADA!

(Críticas e sugestões serão bem vindas através do e-mail [brezve@uol.com.br](mailto:brezve@uol.com.br) )

## NOTAS

- (1) ZVEIBIL, Vera Helena Bressan. **Machado: Retrato de Família**. São Paulo, 2000.
- (2) BARBOSA, Waldemar de Almeida. **Dicionário Histórico e Geográfico de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1995.
- (3) 248.600 km<sup>2</sup>.
- (4) **Municípios e Distritos do Estado de São Paulo**. São Paulo: IGC, 1995.
- (5) ALMEIDA, Antonio Paulino de. **Divisão Judiciária e Administrativa de São Paulo. São Paulo**: Imprensa Oficial, 1938.
- (6) **Anuário Católico do Brasil**. Rio de Janeiro: CERIS, 2005.
- (7) CARVALHO, Cleto M. de. **Genealogia dos Distritos, Municípios e Comarcas Paulistas**. São Paulo: Resenha Tributária, 1988.
- (8) **Quadro do desmembramento territorial-administrativo dos municípios paulistas**. São Paulo: IGC, 1995.
- (9) MEGALE, Nilza Botelho. **Invocações da Virgem Maria no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2001.

- (10) ARNS, Paulo Evaristo. **Santos e heróis do Povo**. São Paulo: Letras & Letras, 1996.
- (11) As 15 regiões são: Região Metropolitana de São Paulo, Registro, Região Metropolitana da Baixada Santista, São José dos Campos, Sorocaba, Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, São José do Rio Preto, Araçatuba, Presidente Prudente, Marília, Central, Barretos e Franca.
- (12) **Enciclopedia dos Municípios Brasileiros**. Rio de Janeiro: IBGE, 1957.
- (13) **Guia Cultural do Estado de São Paulo**. São Paulo: SEADE, 2001.
- (14) <http://biblioteca.ibge.gov.br>
- (15) **Patrimônio Cultural Paulista**: Condephaat, bens tombados 1968-1998. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

### TABELA

Período	Municípios criados	Total de municípios do Estado	Média criação de municípios/ano
1532 a 1821 (289 anos)	33	33	0,11
1832 a 1889 (57 anos)	90	123	1,57
1890 a 1937 (47 anos)	139	262	2,95
1938 a 1981 (43 anos)	310	572	7,20
1988 a 1996 (8 anos)	73	645	9,12
1997 a 2007	0	645	0

Criação de Municípios no Estado de São Paulo

(ARAÚJO, Edinho. **O Novo Município Novo**. São Paulo: Graphis, 1998.).